



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1434554 - SP (2021/0000404-1)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : VICTOR COSTAMAGNA PELLIN
ADVOGADO : WALDEMAR INACHVILI JUNIOR - SP286398
AGRAVADO : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADOS : EDUARDO AUGUSTO MENDONÇA DE ALMEIDA - SP101180
ESTHER CRISTINA CASTRO DE AGUIAR - SP271006

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto por VICTOR COSTAMAGNA PELLIN diretamente no Superior Tribunal de Justiça, por meio do qual objetiva a reforma do julgado que indeferiu pedido de gratuidade processual, "pautando-se em condições econômicas do agravante" (fl. 3).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Defiro o pedido de gratuidade da justiça nos presentes autos.

O recurso é manifestamente incabível.

O agravo de instrumento destina-se, primordialmente, a atacar decisões interlocutórias proferidas por juízes de primeiro grau de jurisdição.

As hipóteses de agravo para o Superior Tribunal de Justiça são apenas aquelas previstas nos arts. 1.027, § 1º, e 1.042 do Código de Processo Civil.

O art. 1.027, § 1º, do CPC, no caso, preceitua o cabimento de agravo de instrumento para o Superior Tribunal de Justiça nos processos em que forem partes, de um lado, Estado estrangeiro ou organismo internacional e, de outro, município ou pessoa residente ou domiciliada no País. Tal previsão não se coaduna com a hipótese ora discutida.

Ante o exposto, não conheço do recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente